26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO GT 3 DO ENANCIB

READING IN EARLY CHILDHOOD IN GT 3 OF ENANCIB

Ilana Boianovsky – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho analisa as relações entre leitura e primeira infância na produção científica do Grupo de Trabalho 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, no período de 2021 a 2025, a partir de uma abordagem bibliográfica, exploratória e qualiquantitativa. O estudo fundamenta-se na compreensão da informação como fenômeno humano, de natureza sociocultural, e nas discussões contemporâneas da Ciência da Informação sobre mediação e apropriação da informação. Os resultados indicam uma produção ainda incipiente sobre a temática da infância no recorte analisado, concentrada na edição de 2025 e sem estudos específicos voltados à primeira infância e à leitura literária no período investigado. Embora as pesquisas abordem temas como mediação da informação, inclusão social e competência informacional, persistem lacunas no que se refere às práticas de leitura destinadas a crianças de zero a seis anos e à articulação entre leitura literária e processos formativos na infância. Do ponto de vista teórico, reforça-se a leitura como prática informacional e cultural, inserida em processos de mediação e apropriação da informação que se iniciam antes da alfabetização formal. Conclui-se que a articulação entre leitura e infância constitui um campo em consolidação na Ciência da Informação, demandando maior aprofundamento teórico, empírico e metodológico, além de abordagens interdisciplinares que reconheçam a primeira infância como categoria analítica central. Destaca-se a relevância da leitura para a formação humana e para a efetivação dos direitos da criança no contexto da proteção integral.
Palavras-chave: primeira infância; leitura; abordagem social da Ciência da Informação; GT 3 da ANCIB.

Abstract: This study analyzes the relations between reading and early childhood in the scientific production of Working Group 3 – Mediation, Circulation, and Appropriation of Information of the National Association of Research and Graduate Studies in Information Science (ENANCIB), in the period from 2021 to 2025, based on a bibliographic, exploratory,

and qualitative-quantitative approach. The study is grounded in the understanding of information as a human phenomenon of a sociocultural nature, as well as in contemporary discussions within Information Science on information mediation and appropriation. The results indicate a still incipient production on childhood within the analyzed scope, concentrated in the 2025 edition and with no specific studies addressing early childhood and literary reading in the investigated period. Although the research addresses themes such as information mediation, social inclusion, and information literacy, gaps persist regarding reading practices aimed at children from zero to six years old, as well as the articulation between literary reading and formative processes in childhood. From a theoretical perspective, reading is reinforced as an informational and cultural practice, embedded in processes of mediation and appropriation of information that begin before formal literacy. It is concluded that the articulation between reading and childhood constitutes a field under consolidation in Information Science, requiring greater theoretical, empirical, and methodological deepening, as well as interdisciplinary approaches that recognize early childhood as a central analytical category. Finally, the relevance of reading for human formation and for the realization of children's rights in the context of integral protection is highlighted.
Keywords: early childhood; reading; social approach in Information Science; GT 3 of ANCIB.

1 INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico brasileiro, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos, cabendo à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade compartilhada de assegurar as condições necessárias para seus desenvolvimentos e proteções. Esse entendimento fundamenta-se na doutrina da proteção integral, incorporada pela Constituição Federal de 1988 e consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990.

A proteção integral constitui um princípio jurídico no âmbito do Direito da Criança e do Adolescente, que reconhece crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, assegurando-lhes todas as condições necessárias para seu pleno crescimento físico, psicológico, moral, social e cultural. Sob essa perspectiva, a garantia de seus direitos não se restringe à atuação estatal, mas envolve a corresponsabilidade da família e da sociedade na promoção de condições dignas de vida e formação. Com base nesse princípio, o ECA estabelece que crianças e adolescentes devem ter assegurados, com absoluta prioridade, direitos fundamentais como vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.

Nesse contexto, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) estabelece a prioridade das políticas públicas voltadas à primeira infância, período que abrange os primeiros

seis anos completos de vida da criança, ou seja, do nascimento até os seis anos de idade (0 a 72 meses), reconhecendo essa etapa como decisiva para a formação humana. No âmbito estadual, o Estado do Rio de Janeiro incorporou as diretrizes do Marco Legal por meio de instrumentos normativos destinados à promoção da primeira infância; destacando-se a Lei Estadual nº 9.503/2021, que institui a Política Estadual pela Primeira Infância e estabelece princípios, diretrizes e competências para a articulação de ações entre áreas estratégicas, como saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Considerando esse arcabouço legal, o acesso à leitura pode ser compreendido como uma dimensão dos direitos culturais, educacionais e informacionais assegurados às crianças, especialmente na primeira infância, integrando o conjunto de condições necessárias à garantia de seus direitos, e constituindo-se, portanto, como um direito em si.

Em consonância com essa perspectiva, o direito à leitura não deve ser tido como prerrogativa exclusiva daqueles que dominam a linguagem escrita. Antes mesmo da alfabetização formal (no contexto brasileiro, a expectativa é de que esse processo aconteça, em média, a partir dos seis anos de idade), a criança estabelece relações significativas com narrativas, imagens, sons, gestos e diferentes manifestações simbólicas presentes em seu contexto social e cultural, construindo repertórios que contribuem para a compreensão e interpretação da realidade. A leitura, portanto, configura-se como uma prática que antecede o domínio da decodificação do texto escrito, sendo construída desde os primeiros anos de vida por meio das interações da criança com o mundo, com os outros e com os diferentes sistemas simbólicos que permeiam sua experiência social. É o que Freire (1996) destaca em sua célebre afirmação de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Nesse sentido, a constituição da criança na primeira infância como leitora está intimamente relacionada às práticas leituras e aos processos de mediação, por meio dos quais diferentes agentes contribuem para ampliar suas possibilidades de interação, interpretação e produção de sentidos.

Bortolin (2010) compreende a mediação da leitura como uma ação que promove o encontro entre o leitor e o texto, destacando a relevância do mediador na constituição de experiências leitoras significativas. Nesse contexto, a leitura mediada assume função central no processo de desenvolvimento infantil, para além de estratégia de aproximação com a linguagem escrita. Por meio da interação com os livros, suas histórias e diferentes manifestações da linguagem, a criança passa a ter acesso a experiências e formas de representação que ampliam sua compreensão do mundo e de si mesma. Nesse processo, a pessoa mediadora desempenha

papel fundamental ao estimular a interpretação, o questionamento, a imaginação e a atribuição de significados às narrativas, transformando a leitura em uma experiência dialógica e significativa. Sob essa perspectiva, a mediação da leitura também se configura como instrumento de proteção integral, ao promover condições que favorecem o desenvolvimento pleno da criança e a efetivação de seus direitos culturais, educacionais e sociais.

Diante das discussões apresentadas, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: como foi a produção científica do Grupo de Trabalho 3 (GT 3) - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), no período de 2021 a 2025, que abordou as temáticas da leitura e da primeira infância? Para responder a essa questão, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir da ocorrência de termos selecionados nos títulos, de todos os trabalhos publicados no âmbito do GT 3 durante o período citado, o qual justifica-se por conta da promulgação da Lei Estadual nº 9.503/2021, do Estado do Rio de Janeiro (RJ), que institui a Política Estadual pela Primeira Infância, marco estrutural principal sobre o tema no RJ.

A partir desse mapeamento, buscou-se identificar tendências e perspectivas de investigação relacionadas à leitura e à infância no contexto da Ciência da Informação. Além disso, a análise permitiu observar possíveis lacunas e ausências temáticas, contribuindo para uma compreensão mais ampla do estado da arte da produção científica no âmbito do GT 3 da ANCIB no período delimitado. Para tanto, tem-se como objetivo geral: analisar a produção científica do GT 3 da ANCIB, no período de 2021 a 2025, com o propósito de identificar a presença e as lacunas de estudos que articulem leitura e primeira infância na CI. Como objetivos específicos: a) Mapear a produção científica do GT 3 da ANCIB, no período de 2021 a 2025, a partir dos trabalhos que apresentam em seus títulos termos relacionados à leitura e à infância; b) Identificar a presença de estudos que abordem a primeira infância no conjunto da produção científica analisada; c) Verificar a ocorrência de pesquisas que articulem especificamente leitura e primeira infância no GT 3 da ANCIB; d) Evidenciar lacunas na produção científica do GT 3 relacionadas à primeira infância e à leitura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Até o início da década de oitenta, conforme descreve Araújo (2013), a baixa quantidade de pesquisas críticas na Ciência da Informação (CI) revelava a predominância de uma perspectiva com caráter de neutralidade. Entretanto, nesse mesmo período, surgem estudos

que passam a considerar também seus aspectos subjetivos, como as questões ligadas à democratização, inclusão, cidadania e acesso. Para Capurro (2003), a informação deve ser compreendida como um processo interpretativo e dialógico, no qual o sujeito interpreta e ressignifica o mundo a partir de experiências simbólicas e comunicativas. A partir da compreensão da informação enquanto fenômeno humano, social e cultural, perspectiva que ocupa lugar central nos estudos contemporâneos da CI, amplia-se sua concepção para além da dimensão material e de sua representação em suportes físicos ou sistemas de organização. Assim, a informação passa a ser concebida como um processo construído nas relações estabelecidas entre sujeitos, contextos socioculturais e práticas compartilhadas, envolvendo interpretações, apropriações e ressignificações.

Nessa perspectiva, reconhecer a criança na primeira infância como sujeito de informação implica compreender que, nessa etapa do desenvolvimento humano, a leitura não se configura como uma busca intencional de informação nos moldes tradicionalmente atribuídos aos sujeitos adultos, mas como uma experiência de interação com narrativas, o ambiente, os objetos, incluindo os livros, e os sujeitos mediadores da leitura. Conforme argumenta Silva (1983), o exercício da leitura está intrinsecamente relacionado aos processos de conscientização e ao desenvolvimento humano, favorecendo a transformação dos sujeitos e sua inserção crítica na realidade. Nessa direção, as práticas de leitura vivenciadas nos primeiros anos de vida podem ser compreendidas como espaços privilegiados de mediação e apropriação da informação, nos quais a criança se constitui progressivamente enquanto sujeito informacional. Assim, a leitura adquire centralidade enquanto prática informacional e cultural.

Nos últimos anos, o conceito de apropriação da informação tem ganhado destaque nas discussões da CI. Ao compreender a informação como um processo de acomodação das interações intrinsecamente relacionadas à formação do conhecimento, estudos sobre práticas informacionais têm evidenciado a dimensão dinâmica e relacional da apropriação da informação (Araújo; Berti; Santos Neto, 2025). Sob essa perspectiva, o processo de apropriação da informação é compreendido para além da materialidade física dos dados, estando associado a um movimento contínuo de construção, desconstrução e reconstrução de significados (Borges; Almeida Júnior, 2022). Tal compreensão permite reconhecer que a apropriação da informação ocorre em diferentes contextos e fases da vida, por meio das interações que os sujeitos estabelecem com pessoas, objetos, linguagens e práticas culturais socialmente compartilhadas. Assim, a apropriação da informação constitui-se como um processo que

ultrapassa o acesso aos conteúdos, envolvendo a construção de sentidos a partir das experiências e interações dos indivíduos com diferentes formas de informação.

Observa-se, portanto, que a CI, ao superar uma perspectiva de neutralidade e ampliar a compreensão da informação como fenômeno social, interpretativo e relacional, oferece bases teóricas para a valorização das práticas de leitura na primeira infância como processos de mediação e apropriação da informação. Assim, a leitura, enquanto prática informacional e cultural, articula-se diretamente aos processos de formação humana, reafirmando sua relevância no âmbito da proteção integral e do direito à informação, ao acesso cultural e à participação simbólica no mundo social.

A leitura pode ser compreendida, em sentido mais restrito, como o ato de interação com um texto e a consequente construção de significados a partir de sua interpretação. Já a noção de práticas de leitura amplia essa compreensão ao incorporar os contextos, os sujeitos, os suportes e as mediações envolvidos nesse processo. Assim, as práticas de leitura não se limitam ao ato individual de ler, mas abrangem um conjunto de experiências social e culturalmente situadas, que incluem diferentes formas de interação com textos, imagens e demais aspectos das linguagens, bem como as condições e os modos pelos quais a leitura é realizada. Assim, enquanto a leitura diz respeito ao ato em si, as práticas de leitura referem-se ao conjunto mais amplo de relações e circunstâncias que o constituem e o significam.

Já a compreensão da literatura (ou a prática de leitura voltada à literatura) como elemento essencial à formação humana encontra respaldo nas reflexões de Antônio Candido (2011), para quem o acesso às produções literárias deve ser reconhecido como um direito. O acesso a experiências de leitura e à convivência literária significa assegurar um direito fundamental e criar condições para a efetivação dos princípios da proteção integral, reconhecendo a literatura e a leitura como elementos essenciais para o pleno desenvolvimento infantil e para a garantia dos direitos das crianças. Nessa perspectiva, a experiência literária ultrapassa o entretenimento, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade, da empatia e do pensamento crítico, aspectos fundamentais para a constituição dos sujeitos e para sua participação plena na vida em sociedade.

Arena (2003) coloca que o verbo ler deve ser compreendido como um verbo transitivo, isso é, sua significação depende de um complemento: Ler o quê? Ler para quê? "[...] relativiza-se, desse modo, o conceito de leitor, porque este passa a não ter existência única e isolada, mas vincula-se ao objeto de sua ação" (Arena, 2003, p. 57). Ao indagar "ler o quê?", compreende-se

que a leitura não se restringe ao texto escrito. O ato de ler pode ter como objeto uma pintura, uma fotografia, um desenho, uma obra de arte, uma paisagem, um gesto, uma situação cotidiana ou mesmo um momento vivido. Em outras palavras, lê-se tudo aquilo que pode ser interpretado e ao qual se atribuem sentidos. Quanto à indagação "ler para quê?", não se trata de entender o ato de ler sob um viés utilitarista, como uma atividade que deve cumprir uma finalidade prática previamente estabelecida ou produzir resultados imediatos. Ao contrário, constitui um processo dialógico de construção de sentidos, como conhecer, interpretar, se emocionar, questionar, criar, reconhecer e compreender o mundo.

Desse modo, compreender a leitura como uma prática interpretativa, dialógica e produtora de sentidos permite reconhecê-la como espaço de apropriação da informação, no qual a criança estabelece relações com diferentes linguagens, experiências e contextos. Na primeira infância, essa perspectiva amplia a compreensão do ato de ler e evidencia a criança como sujeito ativo na construção de significados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como bibliográfico, exploratório e de natureza qualiquantitativa. A coleta de dados foi realizada nos Anais do ENANCIB, no período de 2021 a 2025. Para a pesquisa, foram utilizados os termos *leitura, leitor(a), criança(s), infância(s) e infantil*, considerando sua ocorrência nos títulos dos artigos publicados.

A definição do período de 2021 a 2025 como recorte temporal da pesquisa fundamenta-se na promulgação da Lei Estadual nº 9.503, de 2 de dezembro de 2021, que institui a Política Estadual pela Primeira Infância no Estado do Rio de Janeiro. A escolha desse marco temporal busca situar a análise da produção científica do GT 3 da ANCIB em um contexto de reconhecimento e fortalecimento institucional das políticas voltadas à primeira infância no âmbito estadual. Ao estabelecer diretrizes para a garantia dos direitos das crianças e reconhecê-las como sujeitos de direitos e cidadãs, a referida legislação confere relevância social e política à temática, justificando a análise da produção científica da CI a partir desse marco e permitindo observar se, no período subsequente à sua promulgação, houve ampliação das discussões sobre primeira infância e leitura no âmbito do GT 3.

Uma limitação metodológica deste estudo refere-se à adoção dos títulos dos trabalhos como principal estratégia de identificação da produção científica do GT 3 da ANCIB. Essa opção foi estabelecida em razão da natureza do presente trabalho, desenvolvido na modalidade de

resumo expandido e constituído como um recorte de uma pesquisa mais ampla em andamento, o que demandou a delimitação do corpus e dos procedimentos de busca compatíveis com o escopo e a extensão deste estudo. Além disso, a consulta aos anais do ENANCIB apresenta dificuldades operacionais, uma vez que não se dispõe de uma base de dados estruturada que possibilite a realização de buscas sistemáticas e abrangentes por palavras-chave, autores ou termos presentes no corpo dos trabalhos. Nesse contexto, a busca pelos termos *leitura*, *leitor(a)*, *criança(s)*, *infância(s)* e *infantil* nos títulos constituiu uma estratégia de aproximação inicial da produção do GT 3 no período delimitado.

Entretanto, reconhece-se que essa estratégia apresenta limitações quanto à abrangência da identificação dos estudos. A ausência dos termos investigados nos títulos não significa, necessariamente, que os trabalhos não abordem a primeira infância ou a leitura em seu desenvolvimento, uma vez que tais temáticas podem estar presentes nos resumos, palavras-chave, fundamentação teórica, metodologia ou resultados, sem serem explicitadas no título. Dessa forma, os resultados obtidos devem ser compreendidos como indicativos da presença ou ausência dessas temáticas na denominação dos trabalhos analisados, e não como evidência definitiva da inexistência de pesquisas sobre primeira infância e leitura no GT 3.

Essa limitação, contudo, não invalida o levantamento realizado, mas delimita o alcance de suas conclusões. Ao contrário, evidencia a necessidade de aprofundamento da investigação em uma etapa posterior da pesquisa, mediante estratégias de busca que contemplem o conteúdo integral dos trabalhos e diferentes campos de identificação bibliográfica. Assim, os resultados apresentados neste resumo expandido assumem caráter exploratório e diagnóstico, contribuindo para a identificação preliminar de uma possível lacuna temática e para o direcionamento de uma investigação mais abrangente sobre a produção científica acerca da primeira infância e da leitura no âmbito da CI.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca realizada nos anais do ENANCIB, no período de 2021 a 2025, identificou quatro trabalhos que apresentavam em seus títulos os termos *infância, criança(s) ou infantil*, conforme demonstrado no Quadro 1. Observa-se que todos os trabalhos localizados foram publicados na edição de 2025 do evento, não sendo identificadas produções com esses descritores nos títulos das edições anteriores contempladas pelo estudo.

Quadro 1 – Trabalhos apresentados no ENANCIB no recorte temporal 2021-2025 com os seguintes termos nos títulos: infância(s); criança(s) e/ou infantil

Vol./Ano	Título	Autores/as
XXIV ENANCIB (2025)	Mediações na infância: o brincar como mercadoria	Marcia Azen, Felipe T.Lourenço, Luciane de F. B. Cavalcante
	Mediação de clubes de leitura para as infâncias em situação de vulnerabilidade social: relato de experiência	Elisangela A. Silva, Carmem L. Batista
	Mediação da informação geográfica e estatística para crianças e jovens: a experiência do Ibgeeduca como promoção do acesso e da cidadania	Camila R. de Souza, Yuri B. N. Hutflesz, José Antonio da Silva, Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, Lucia Maria Velloso de Oliveira
	Competência informacional infantil: novos olhares e perspectivas	Niliane Cunha de Aguiar

Fonte: elaboração própria (2026)

Os resultados evidenciam uma presença ainda incipiente das discussões sobre infância no âmbito do GT 3, especialmente quando considerada a relevância social, política e científica que a temática vem assumindo nos últimos anos. Por outro lado, a concentração das publicações em 2025 pode indicar um movimento recente de ampliação do interesse da área pelas questões relacionadas à infância, à mediação da informação e à formação de sujeitos desde os primeiros anos de vida.

A análise dos trabalhos identificados demonstra a predominância de abordagens voltadas para processos de mediação. O estudo "Mediações na infância: o brincar como mercadoria" problematiza as relações entre infância, cultura e consumo, ao passo que "Mediação de clubes de leitura para as infâncias em situação de vulnerabilidade social" evidencia a leitura como prática de inclusão social e acesso à cultura. Já o trabalho "Mediação da informação geográfica e estatística para crianças e jovens" amplia a discussão sobre os processos de mediação e acesso à informação e a formação cidadã, destacando o papel das instituições na democratização do conhecimento para públicos infantis e juvenis. Por sua vez, "Competência Informacional Infantil: novos olhares e perspectivas" aproxima diretamente a temática da infância de um dos conceitos centrais da CI, ao discutir o desenvolvimento de competências relacionadas ao acesso, avaliação e uso da informação por crianças.

Verifica-se, portanto, que os estudos identificados abordam a infância a partir de diferentes perspectivas, mas convergem para a compreensão da criança como sujeito de

informação e participante de processos de mediação e apropriação da informação. Contudo, chama atenção a ausência de trabalhos que tenham a primeira infância como categoria central de investigação, bem como de pesquisas que abordem especificamente a leitura para crianças de zero a seis anos. Essa ausência não representa apenas uma lacuna temática ou quantitativa, mas permite problematizar a própria visibilidade da primeira infância na produção da CI. Ao não ocupar de forma expressiva a agenda investigativa analisada, a primeira infância evidencia um espaço ainda pouco explorado para a compreensão das práticas informacionais de crianças que, embora não inseridas plenamente no universo da leitura convencional, já estabelecem relações com narrativas, imagens, sons, objetos e outras formas de produção de sentidos. Nesse sentido, identifica-se uma oportunidade de ampliar o olhar da CI para sujeitos e experiências informacionais que se constituem desde os primeiros anos de vida, inclusive em sua relação com a leitura e com a proteção integral da criança.

Os resultados indicam, assim, a necessidade de ampliar e aprofundar investigações que articulem a leitura e a primeira infância, deslocando a compreensão desses processos de uma perspectiva vinculada exclusivamente à alfabetização formal. A apropriação da informação e a construção de significados podem ocorrer desde as primeiras experiências de interação da criança com o mundo, constituindo processos relevantes para sua formação simbólica, cognitiva e sociocultural. Sob essa perspectiva, a leitura não se limita à decodificação da palavra escrita, mas envolve diferentes experiências de interpretação e atribuição de sentidos. Investigar essas experiências na primeira infância possibilita reconhecer a criança como sujeito ativo em seus processos de significação e participação social, ao mesmo tempo em que evidencia a relação entre leitura, acesso à cultura e à informação e efetivação dos direitos da criança, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da proteção integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista analítico, os resultados revelam que, embora os trabalhos identificados mobilizem discussões relevantes da mediação da informação, da inclusão social e da formação cidadã na infância, tais abordagens ainda não incorporam de modo sistemático as especificidades da primeira infância nem problematizam de forma aprofundada as práticas de leitura literária nesse estágio do desenvolvimento humano. Tal lacuna não se configura apenas como ausência temática, mas como um indicativo de assimetrias no próprio modo como a Ciência da Informação tem historicamente distribuído seus objetos de pesquisa, privilegiando

recortes etários mais próximos de sujeitos já escolarizados e socialmente reconhecidos como leitores. Nesse cenário, a análise evidencia a necessidade de ampliação do escopo investigativo do GT 3, de modo a incorporar a primeira infância como categoria analítica central para os estudos da informação.

Do ponto de vista teórico, os achados reforçam a pertinência de compreender a leitura, particularmente em sua dimensão literária e mediada, como prática informacional e cultural, capaz de produzir condições para a constituição do sujeito informacional na primeira infância. Essa perspectiva tensiona abordagens mais restritas que vinculam a leitura exclusivamente à escolarização, ao mesmo tempo em que reforça sua centralidade nos processos de formação humana e de efetivação dos direitos da criança.

Conclui-se que a articulação entre leitura e infância ainda se configura como um campo em processo de consolidação no âmbito da CI, carecendo de maior densidade teórica, empírica e metodológica para sua efetiva estruturação como objeto de investigação sistemático. Nesse sentido, recomenda-se a ampliação de investigações que problematizem criticamente essa relação, incorporando abordagens interdisciplinares que articulem Ciência da Informação, Educação e Estudos da Infância, de modo a aprofundar a compreensão da leitura em suas dimensões cultural, simbólica e formativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos A. A. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na Ciência da Informação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [*s. l.*], v. 27, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2013. Disponível: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3364. Acesso em: 13 set. 2025.

ARAÚJO, R. R. de; BERTI, I. C. L. W.; SANTOS NETO, J. A. dos. Práticas informacionais e mediação da informação: um olhar para a tecnodiversidade. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1–25, 2025. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2144. Acesso em: 6 out. 2025.

ARENA, Dagoberto Buim. O verbo ler: uma ação sobre o mundo. *In:* MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **Atuação de professores**: propostas para ação reflexiva no ensino fundamental. Araraquara: JM Editora, 2003.

BORGES, Ellen V. E.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de. Apropriação: um pilar central da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, out./dez. 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/119843. Acesso em: 11 out. 2025.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura**: a voz do bibliotecário lendo ou narrando. 2010. 233f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/527fa6d4-070b-4038-90f2-06398d107df1. Acesso em: 20 fev. 2025.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei n° 9.503, de 2 de dezembro de 2021**. Institui a Política Pública pela Primeira Infância no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 6 dez. 2021. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9503-2021-rio-de-janeiro-institui-a-politica-publica-pela-primeira-infancia-no-estado-do-rio-de-janeiro. Acesso em: 17 jan. 2026.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1983.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.